

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CIÊNCIAS SOCIAIS- POLÍTICAS PÚBLICAS

ANA CAROLINA SANTOS DA SILVA

**EFEITOS DA IDEOLOGIA NA DELIBERAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE O
ELEITOR GOIANIENSE**

GOIÂNIA
2019

ANA CAROLINA SANTOS DA SILVA

**EFEITOS DA IDEOLOGIA NA DELIBERAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE O
ELEITOR GOIANIENSE**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais com habilitação Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, a ser utilizado como diretrizes para manufatura do Trabalho de Conclusão de Curso

Orientador: Prof. Dr. Pedro Santos Mundim

GOIÂNIA
2019

Folha de aprovação

RESUMO

As manifestações de 2013 foram um fato que despertou atenção dos jovens brasileiros para as questões da política e da ideologia. Parte da massa que ocupou as ruas do país nesse período eram compostas por estudantes secundaristas e universitários. Esse marco se difere das manifestações de 2015, onde o país se dividiu entre os que apoiavam o impeachment e os defensores do governo da então presidente Dilma Rousseff. E em específico caso na cidade de Goiânia, onde também ocorreram passeatas e reivindicações nesses dois períodos. As reivindicações da cidade de Goiânia eram como um reflexo daquelas das principais capitais do país. Utilizamos o exemplo dessas manifestações por serem dois grandes eventos sociais dicotômicos. No primeiro deles, as questões ideológicas entre esquerda e direita parecem ter sido diluídas em meio a um objetivo maior. No período posterior houve uma forte dicotomização das opiniões sob pontos de vistas ideológicos. Mas a final de contas, a ideologia atrapalha ou não os processos civis de reivindicações democráticas no que tange a um modelo de sociedade unida em prol de um bem comum? Ou quais seriam os efeitos práticos dessa discussão? Além de ser um construto de ideais, nesse caso, sobre como deveria ser a administração pública. Para melhor entendermos esse efeito devemos primeiro saber qual o papel da ideologia no debate público, nesse caso analisaremos esse efeito no processo de deliberação discursiva. Uma importante descoberta desses estudos foi a importância da participação organizacional na participação discursiva. Precisamos de mais políticas públicas voltadas a esse campo, com a responsabilidade de promover esses debates entre a sociedade. Como veremos nesse trabalho, existem exemplos de resultados positivos que os espaços de debates deliberativos trazem às pessoas e a democracia, cria-se uma sociedade mais organizada, fiscalizadora e mais entusiasmada com a política.

Palavras-chave: Participação; Ideologia; Deliberação; ESEG

ABSTRACT

The manifestations of 2013 were a fact that attracted the attention of young Brazilians to the questions of politics and ideology. Part of the mass that occupied the streets of the country in this period were composed of high school students and university students. This milestone differs from the demonstrations of 2015, where the country was divided between those who supported the impeachment and the defenders of the government of then President Dilma Rousseff. And in a specific case in the city of Goiânia, where there were also marches and claims in these two periods. The claims of the city of Goiânia were as a reflection of those of the main capitals of the country. We use the example of these manifestations as two major dichotomous social events. In the first of these, ideological issues between left and right appear to have been diluted in the midst of a larger goal. In the later period there was a strong dichotomization of opinions from ideological points of view. But in the end, does ideology disrupt civil processes of democratic claims regarding a model of society united for the common good? Or what would be the practical effects of this discussion? Besides being a construct of ideals, in this case, about what the public administration should be like. To better understand this effect we must first know which role does ideology plays in public debate, we will analyze this effect in the process of discursive deliberation. An important finding of these studies was the importance of organizational participation in discursive participation. We need more public policies aimed at this field, with the responsibility of promoting these debates among society. As we will see in this paper, there are examples of positive results that the spaces of deliberative

debates bring to the people and democracy, a society is created more organized and more enthusiastic with the politics.

Key words: Participation; Ideology; Deliberation; ESEG

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por essa realização. Em segundo lugar o meu professor Dr. Pedro Mundim, que me deu a direção certa para a conclusão desse trabalho. E em terceiro lugar a minha família e o apoio deles.

SUMÁRIO

1.Introdução.....	08
2. Capítulo I	
1.1. Esquerda-Direita	10
1.2. Ideologia.....	14
1.3. Deliberação.....	15
1.3.1. Estudos Empíricos Sobre Deliberação.....	17
3. Capítulo II	
2.1. Descrição das Variáveis.....	20
2.1.1. Variáveis Independentes.....	22
2.2. Resultado dos Modelos.....	23
4. Conclusão.....	26
5. Referências.....	28
6. Apêndice.....	30

INTRODUÇÃO

As manifestações de 2013 foram um fato que despertou atenção dos jovens brasileiros para as questões da política e da ideologia. Parte da massa que ocupou as ruas do país nesse período eram compostas por estudantes secundaristas e universitários. Desde então tem surgido alguns estudos sobre o assunto. As manifestações deste período, ao que parece, eram apartidárias. Obviamente existiam representantes de partidos, sindicatos, grupos organizados ideologicamente, entre outros. Mas a lógica destas manifestações e as reivindicações se uniram através da população nas ruas. Podemos analisar que embora as manifestações tivessem objetivos ideológicos e reivindicações diferentes ela se tornou apenas uma (PINTO, 2017)

Essa manifestação pode ser considerada como um marco na história contemporânea brasileira, onde a massa popular uniu suas forças em várias reivindicações. Brasileiros de diferentes culturas e opiniões dividiram as ruas do país em prol de distintos objetivos e contestações. As pautas de comum interesse como as questões da educação, transporte público, saúde, entre outras, se misturaram em meio as questões de cunho mais ideológico e específico, como foi o caso da presença de grupos anarquistas e os Black Blocs nas principais manifestações (MOREIRA E SANTIAGO, 2013; PINTO, 2017).

Esse marco se difere das manifestações de 2015, onde o país se dividiu entre os que apoiavam o impeachment e os defensores do governo da então presidente Dilma Rousseff (PINTO, 2017). Os principais motivos das reivindicações pelo impeachment eram a crise financeira verificada pela acusação de crime de irresponsabilidade fiscal e a crise política agravada pelos escândalos de corrupção nas cúpulas dos partidos tradicionais do país, trazendo novamente intensas discussões e debates sobre a dicotomia ideológica entre esquerda e direita na sociedade brasileira. E em específico caso na cidade de Goiânia, onde também ocorreram passeatas e reivindicações nesses dois períodos.

Esses ciclos nos fazem refletir sobre os períodos distintos por qual passa uma sociedade. Não significa que as pessoas se tornam mais ou menos ideológicas ou críticas, porém existe uma variação a respeito da opinião do cidadão que depende do contexto e da pauta a qual ele está inserido como vamos comentar mais a frente. As manifestações de 2013 segundo as autoras Idalina Maria e Orlandil de Lima (2013) são as que mais se aproximam do modelo de uma sociedade unida e pautada no interesse do bem comum por conterem não apenas grupos ideológicos (como a militância Petista) mas também pessoas comuns com interesses comuns. A clara dicotomização das opiniões no período de 2015 criou discórdia e inúmeros conflitos interpessoais e sociais. O debate acalorado em relação ao impeachment colocou em

evidência novamente as questões ideológicas entre a esquerda e a direita por parte da massa social.

Utilizamos o exemplo dessas manifestações por serem dois grandes ciclos sociais dicotômicos. No primeiro deles, as questões ideológicas entre esquerda e direita parecem ter sido diluídas em meio aos vários objetivos. No período posterior houve uma forte dicotomização das opiniões sob pontos de vistas ideológicos. Mas a final de contas, a ideologia atrapalha ou não os processos civis de reivindicações democráticas no que tange a um modelo de sociedade unida em prol de um bem comum? Ou quais seriam os efeitos práticos dessa discussão? Além de ser um construto de ideais, nesse caso, sobre como deveria ser a administração pública. Para melhor entendermos esse efeito devemos primeiro saber qual o papel da ideologia no debate público, nesse caso analisaremos esse efeito no processo de deliberação discursiva.

A literatura sobre deliberação discursiva é vasta, porém seguiremos a linha de estudos sobre o papel da ideologia na mesma. Um dos motivos é o de que a discussão ideológica está presente em nossas vidas e em certos momentos, como exemplo o de disputas eleitorais acirradas, ela se torna mais visível. É importante sabermos todas as implicações a respeito disso, pois o engajamento político bem como as discussões ideológicas seria responsável por fazer os cidadãos se interessarem mais por política e conseqüentemente os levassem a querer participar de processos deliberativos e vice-versa, participar de processos deliberativos faria com que os cidadãos se interessassem mais por política.

Esse trabalho está dividido em dois capítulos, o primeiro tem duas partes. Na primeira; farei uma breve conceituação clássica de esquerda e direita, para em seguida falar sobre ideologia e deliberação. O segundo capítulo contém a parte empírica. Nele, irei utilizar os dados da pesquisa Estudo Eleitoral Goianiense (ESEG), com especial atenção para a variável ideologia, a fim de dar uma resposta a nossa principal questão “Como a ideologia influencia no processo de deliberação discursiva?”.

CAPÍTULO I

1.1. ESQUERDA – DIREITA

As duas vertentes ideológicas predominantes na política, “Esquerda” e “Direita”, emergiram na Europa após da revolução francesa. Do lado esquerdo da constituinte de 1789 colocavam-se os representantes da média e baixa burguesia, com interesses em acabar com os privilégios da nobreza e do clero, do lado direito posicionavam os que queriam conservar a antiga ordem. Em relação ao conservadorismo e progressismo Anthony Giddens (1996) nos traz a ideia de que esses termos são relativos, depende de qual ordem esteja vigente no poder. O progressismo seria a mudança que dado grupo ideológico procura em certo período da história e do tempo, enquanto os conservadores tentam manter essa ordem.

O cerne da questão está na distinção e afastamento de objetivos entre o liberalismo e socialismo, como direita e esquerda respectivamente. Enquanto em um modelo é pregado a liberdade econômica e individual, o Estado intervindo o mínimo possível na vida privada, no outro é exatamente o contrário, o Estado deve diminuir as desigualdades intervindo até mesmo nos bens privados a fim de se acabar com a divisão de classes o que culminaria no comunismo que segundo Karl Marx (1848), seria a fase final do desenvolvimento da sociedade humana.

A partir dessa conceituação podemos então distinguir de forma clássica a direita da esquerda que, mesmo com suas fases e transformações¹ ainda carregam esses traços clássicos. Exemplo disso são as questões pós-materialistas que trazem consigo novas pautas, novos questionamentos, os quais são responsáveis pelas mudanças ou reformulações ideológicas, porém mesmo com essas novas questões inseridas a discussão sobre o tamanho do Estado permanecem quase que a mesma.

Em seu livro Norberto Bobbio (1995) menciona a ideia de que ser de direita está ligada a uma posição individualista. A economia de mercado imposta sobre a sociedade. A liberdade econômica com o Estado não interventor faz com que surjam desigualdades sociais. É característica do pensamento de direita acreditar que essas desigualdades são inevitáveis e naturais. Mesmo assim autores como Hayek acredita que o mercado não é capaz de resolver

¹ Há de se fazer importante mencionar o “centrismo” efeito das grandes dicotomias em sociedades democráticas onde há o pluralismo de ideias, chama-se segundo a concepção de Norberto Bobbio (1999) um “terceiro incluído” não é nem esquerda e nem direita, porém é fruto das mesmas, sem essas ideologias ele não existiria. Em grandes sociedades democráticas esse centro se torna predominante, afastando as ideologias clássicas para os extremos. O centro é um ambiente de relatividade que hora se afasta mais da esquerda para a direita ou da direita para a esquerda, contudo faz com que elementos de um lado se relacione com o outro fazendo assim a síntese dos opostos.

todos os problemas cívicos. O pensamento keynesiano deu novas diretrizes ao pensamento liberal das sociedades capitalistas do século XX. Como um retrato de que o mercado não é capaz de regular tudo, após as crises desse século surgiu o pensamento de intervenção estatal na economia. Atualmente tem dado lugar ao neoliberalismo, é esse pensamento que de certa forma sinaliza a direita, por se tratar de um objetivo mercadológico, num cenário de globalização. Economia livre, abertura econômica sem interferência estatal.

A esquerda se atenta ao ponto da justiça social. Para Veca (1997), esse pensamento busca reduzir esse efeito das circunstâncias econômicas, sociais e culturais que atrapalhariam a evolução e dignidade humana. Em 1996 alguns intelectuais franceses fizeram um manifesto com o título “Una Sveglia Per la Sinistra”, que foi comentado por Gianni Vattimo². Esse manifesto tinha propostas com características do pensamento da esquerda. A redução da jornada de trabalho, uma economia solidária no sentido de um salário mínimo fixo a todos os trabalhadores entre outras. A evolução no sentido de pautas esquerdistas tem seguido essa mesma linha, o pensamento característico é o de justiça social, igualdade de renda, cultural entre outros.

A perspectiva dos autores que marcam a literatura sobre o tema de ideologias partidárias no Brasil é na maioria das vezes tomada a partir de análises de variáveis, como exemplo, as variáveis de regionalidade, escolaridade, idade e gênero ou da criação de novas variáveis, que consigam abarcar novos questionamentos pois assim conseguem melhor recorte de pesquisa. O debate que cerca esse campo na literatura brasileira é em sua grande maioria baseado na correlação da opinião política expressada através do voto.

Analisando a forma de governo e as políticas públicas adotadas pelos representantes políticos, como no trabalho de Castro e Turgeon (2014) os autores mediram o nível ideológico brasileiro em contraponto com a preferência por políticas como intervencionistas ou não, e perceberam que esta relação não se dá como esperado e a grande maioria não sabe distinguir políticas intervencionistas de liberais. A relação do voto ou da ideologia declarada não é capaz de afirmar se ela realmente importa ou faz sentido para o eleitor, pois para isso é esperado de quem se declara possuidor de uma ideologia uma correlação com suas preferências políticas e atitudes, e isso não ocorre segundo esses autores.

² Filósofo e político italiano, um dos precursores do pós-modernismo europeu. Vattimo se ocupou da ontologia hermenêutica contemporânea, acentuando sua ligação com o niilismo - entendido como enfraquecimento das categorias ontológicas. Assim, contrapõe o pensamento fraco, uma forma particular de niilismo, às diversas formas de pensamento forte, isto é, aquelas baseadas na revelação cristã, no marxismo e outros sistemas ideológicos.

Braga e Pimentel (2011) acreditam que os debates entre as ideologias no Brasil se tornam mais acirradas no período de eleições presidenciais e que o Brasil não está tão atrasado em relação a outros países no que tange a capacidade de seus eleitores se autodeclararem e classificarem um governo que corresponda seus anseios, mas existem maiores implicações a respeito disso. O debate dicotômico entre os eleitores de esquerda, direita e centro, desde os de mais baixa escolaridade (Singer 1999), até os eleitores sofisticados, não impactam a prática governamental por não depender obviamente do que ele espera que seja feito após eleger partido X ou Y e sim de quais posições irão tomar os representantes políticos, nem mesmo a posição ideológica faz tanto sentido em suas vidas nos anos posteriores às eleições.

Contudo o debate ideológico por parte da sociedade parece não surtir efeitos na administração pública, uma vez que esses discursos se perdem no ar após as eleições e só reaparecem em momentos de crises políticas, ou nas eleições subsequentes, mesmo porque essas discussões por parte da sociedade estão mais ligadas ao senso comum de massa ou crenças de massa (RENNÓ, 2001) e que na maioria das vezes não apresentam correlações factuais entre a ideologia o partido e as políticas por eles adotadas ou simplesmente por não terem conhecimento técnico suficiente e poder de deliberar em causas próprias.

Mesmo que essas discussões não fossem esvaziadas de conhecimento político, a força da opinião pública na maioria das vezes não é suficiente para mudar o status quo, para isso ela deve ser organizada e obter um espaço onde isso seja feito de forma legítima e levadas a sério. O problema da falta de identificação ideológica por parte dos cidadãos talvez esteja explicado pelo modelo adotado no país. O sistema de lista aberta e a política de coalizão permite que os partidos se movam entre as linhas ideológicas sem nenhum comprometimento, se atentando aos anseios da sociedade apenas no período eleitoral com intuito de se reelegerem, colocando em pauta as questões exigidas pela sociedade naquele contexto.

O debate sobre mensuração ideológica tradicional e atual é forte nos EUA. Vários autores escrevem sobre o assunto, mas a maioria propõe que nos últimos anos houve um achatamento das bases ideológicas em direção ao centro. Este fato pode ter sido resultado de uma flexibilidade ideológica dos partidos, podendo ser uma estratégia eleitoreira ou talvez os partidos não queiram se apegar a ideias extremas que limitam a construção de uma sociedade idealizada para todos. O debate na Europa é analisado por questões pós-materialistas sendo as pautas abordadas pelos partidos e ideologias questões que englobam outras vertentes como de cunho moral, cultural ou social, deixando de lado a correlação apenas econômica devido ao fato

de o Welfare State ter possibilitado uma diminuição de questões distributivas (TAROUCO E MADEIRA, 2013).

O debate no Brasil é de que nos últimos anos os partidos PT e o PSDB têm subido nas pesquisas no que tange ao acirramento da disputa política (SAMUELS, 2008), colocando em evidência a dicotomia esquerda e direita no país apesar da ideologia declarada do partido PSDB ser centro-esquerda isso não se reflete em sua postura e as políticas por eles adotadas (BRAGA E PIMENTEL, 2011). Algo que já foi proposto por alguns estudiosos é a análise do discurso e dos manifestos que são meios importantes para a identificação ideológica dos partidos políticos, contudo a análise destas variáveis no comportamento político deste partido é de que os discursos estão sempre ligados a uma imagem não conservadora de direita, o que não condiz com a realidade.

Já o PT levando em consideração à sua moderação e de ter se aproximado do centro nos últimos anos, promoveu políticas sociais, fez discursos progressistas, mas em ocasiões diferentes foi contra suas ideologias. Portanto essa evidência que os autores citados propuseram em relação à dicotomia ideológica não se remete de fato ao conhecimento dessas ideologias por parte do eleitorado, pois o fato do PSDB ter nos últimos anos se mostrado como maioria nas casas e do PT ter maior popularidade já colocam os dois partidos em evidencia não necessariamente sendo o carro chefe de suas campanhas a devoção à sua ideologia e não necessariamente sendo de profundo conhecimento do eleitor a ideologia desses partidos.

Sobre o conceito de ideologia o debate na literatura internacional, nos traz a questão de que o voto ideológico necessitaria que o eleitor expressasse sua opinião sobre diversos temas políticos e que essas opiniões tivessem coerência entre si, ou seja, que ele tivesse um sistema de crenças que o orientasse em direção a distinção das ideologias, ao conhecimento dos partidos e a tomada de decisão no momento do voto, algo que se aproximasse mais de suas posições (CARREIRÃO, 2002). Esta é uma abordagem da Escola de Michigan, que em suas pesquisas sugerem que os eleitores são em sua pequena quantidade ideológicos (CAMPBELL et al, 1960 e CONVERSE, 1964).

Outras abordagens sobre a ideologia como a do Brasil, não fazem essa correlação com a estrutura de crenças. Singer (1993 e 1998), por exemplo, não se preocupa com o nível de sofisticação do eleitor quando se trata de eleger uma bandeira ideológica e propõe que mesmo não sabendo a distinção entre as ideologias o eleitor tem um conhecimento intuitivo sobre o que significam, e a identificação ideológica é exatamente esta adesão entre uma das vertentes

o que sinaliza sua orientação como eleitor. Contudo para Reis (2000), não é o total conhecimento sobre a distinção ideológica que determina o voto do brasileiro.

Apesar deste trabalho não ser especificamente sobre comportamento eleitoral esse apanhado nos ajuda a pensar melhor sobre o assunto a ser discutido, pois a deliberação está ligada ao processo de discussão interpessoal sobre as possíveis escolhas a se fazer assim como a ideologia que ditará as relações. Portanto saber o nível do conhecimento sobre as ideologias, sobre o processo político e o engajamento dos cidadãos nesses assuntos nos faz deduzir possíveis resultados quanto á esse mecanismo da democracia.

1.2 IDEOLOGIA

Existem várias interpretações a respeito do conceito de ideologia. O termo ideologia aparece em debate no mesmo período em que surge a distinção entre esquerda e direita, após a revolução francesa em 1789. Um dos primeiros autores a abordar essa questão é Destutt de Tracy. E em seu livro *Eléments d'Idéologie* (1801), a proposta era criar uma ciência da gênese das ideias. Os ideólogos franceses eram realistas, materialistas, antimetafísicos e antimonárquicos (contra o poder absoluto do rei e da dominação através das ideias além da explicação delas como sendo algo invisível e espiritual). Os ideólogos só levavam em consideração conhecimento científico baseado na experimentação e na observação dos fatos.

Apesar da afirmação de que a ideologia é um ocultamento da realidade social que impede que os indivíduos saibam o modo real como suas relações foram construídas (CHAUÍ, 1980) autores como Terry Eagleton (1991) supõe que o indivíduo é incapaz de ser inteiramente iludido por uma ideologia cega, pois se assim fosse, ignoraria qualquer ideia emancipatória sobre si. Mesmo que iludido por alguma ideia, o individuo tem esperanças em transformações realistas de suas condições materiais.

Hegel, Marx e alguns pensadores marxistas tratavam a ideologia como falsa cognição, uma ilusão mística e distorcida da realidade. Já outra tradicional linha de pensamento sobre o assunto tratou da função das ideias na vida social se abstendo do julgamento de irreal ou real. Durkheim (1982) apoia o ponto de vista de que o oposto da ideologia é a verdade empírica e não a absoluta.

Os sociólogos norte-americanos supõem que a ideologia é uma forma rígida e esquemática de ver o mundo. Shils (1968) acrescenta ainda que elas são resistentes à inovação e necessitam de total devoção e paixão de seus devotos. Uma objeção ao argumento de que a

ideologia é um construto rígido de ideias é a de que nem todo construto de ideias é ideológico. Eagleton (1997) supõe que o termo ideologia parece não só ser traduzido como sistema de crenças, mas também como questão de poder. Thompson (1984) afirma que a ideologia é uma forma de dominação que promove crenças, as naturaliza e universaliza ao passo que exclui pensamentos rivais e desafiadores. Seliger (1976) define o termo ideologia como um construto de ideias pelos quais os homens planejam, explicam e justificam as ações sociais organizadas especialmente a ação política.

Althusser (1994) define ideologia como relações vividas, que ficam estruturadas no inconsciente e são passíveis de conhecimento errôneo. Mas que é uma estrutura necessária devido á complexidade da vida social, serve como um mapa para que homens e mulheres se localizem dentro da sociedade. Como exposto, o termo ideologia tem suas críticas como também os que a defendem como sendo importante no cenário da vida social, tendo assim as duas principais linhas de concepções a crítica e a neutra.

Por se tratar do assunto de ideologia e participação política, neste trabalho ficaremos com a definição de Downs (2013, Pg) sobre o termo, ao qual se refere à “imagem verbal da boa sociedade e dos principais meios de construir tal sociedade”. Em seu modelo a ideologia serve como atalho que poupa os eleitores de terem que estar informado sobre questões mais amplas.

1.3. DELIBERAÇÃO

Os anos 90 foram marcados pela mudança no pensamento democrático, devido á nova configuração das manifestações das sociedades democráticas já consolidadas, que se difere das manifestações do período entreguerras. Nessa configuração as mobilizações não mais ameaçam a democracia e sim são movimentos que falam em nome dela. Alguns exemplos disso são os movimentos de direitos humanos, movimentos comunitários, etc. Com esse novo rearranjo, houve a necessidade de criar formas públicas de prestação de contas e de transparência. Nesse sentido trazemos as questões ligadas à discussão pública ao processo democrático (AVRITZER, 1994).

Deliberar, segundo Hollanda (1975), pode significar “ponderar, refletir” ou “decidir, resolver” no que tange a deliberação discursiva em espaços públicos como proposto por Habermas (1989). Os indivíduos, utilizando de suas atribuições racionais e do processo argumentativo, pretendem transmitir suas convicções a um grupo tendo em vista esses objetivos. A partir das ideias de John Dewey (1916) pode-se dizer que a deliberação também

inclui um cuidadoso exame de um dado problema ou questão e a identificação das possíveis soluções.

O modelo decisionístico originado em Rousseau e que mais adiante com a participação de autores como Schumpeter, Weber e Carl Schmitt ficou conhecido na literatura como elitismo democrático, se tornou alvo de inúmeras críticas no final dos anos 70. Autores como Habermas, Gohen, Melucci e Bohman argumentaram em suas teorias sobre peso do papel argumentativo nas democracias, um “intercâmbio de razões feito em público” (COHEN, 1997, p.73).

Como descrito por Avritzer (1994), a discussão democrática do século XX tem duas grandes vertentes de concepções: o elitismo democrático e o republicanismo. A concepção republicana trouxe duas contradições que foram exploradas no século XX, sendo uma delas entre participação pública e representação. Essa concepção se tornou vulnerável à crítica, pois com o crescimento da sociedade e sua complexidade deveriam implantar nas discussões a importância do elemento participativo. O conceito de esfera pública (Habermas, 1989) da segunda metade do século XX, foi o responsável por renovar o debate da teoria democrática que vai além das concepções já mencionadas. Trata-se de um espaço onde grupos de associações e movimentos podem interagir entre si. Para Habermas (1989), o efeito da publicidade e prestação de contas exigido pelos burgueses acabou criando uma nova forma de relação com o poder político mudando assim o próprio conceito de dominação.

O debate democrático contemporâneo tem duas das principais ideias do conceito de esfera pública. A primeira é a interação face-a-face em um ambiente criado para haver interação entre os indivíduos. Lugar onde irão debater sobre políticas ou gerar propostas políticas ao Estado. A segunda é a ideia de ampliação do domínio público, fazendo com que a esfera pública seja um lugar de representatividade igualitária. Portanto, o conceito de esfera pública habermasiana rompe com o elitismo democrático e introduz na democracia contemporânea a ideia que origina o conceito de deliberação discursiva (AVRITZER, 1994).

Na ideia habermasiana de legitimidade política, a opinião pública seria também um meio de deliberação. Os meios de comunicação de massa tornam-se uma das principais formas de começar a se pensar o processo deliberativo concreto. Outros autores como Cohen (1997) falam sobre as deliberações restritas que podem ocorrer tanto em espaços informais, a exemplo as organizações civis quanto internas a instituições do Estado. Fung (2004) desenvolveu o conceito de minipúblicos, que trata de promover o engajamento cívico. É um modelo micro gerenciável que tenta representar um público maior. Alguns exemplos de deliberação em minipúblicos no Brasil, são os conselhos municipais de saúde, educação e orçamento

participativo que podemos pensar como esferas públicas deliberativas “perfeitas” por serem pequenas, de fácil gerenciamento e que contam com a participação popular, assim fazem com que os cidadãos aprendam com o processo havendo um maior engajamento político.

1.3.1. Estudos Empíricos Sobre Deliberação

Pesquisas empíricas feitas por alguns estudiosos sobre a participação social em processos deliberativos concluíram que os cidadãos que participaram de alguma dessas ações mudaram suas visões sobre a política, aumentaram o seu sentimento de auto eficácia se tornando mais deliberativo e fortaleceram sua identidade dentro da comunidade. Também ampliaram a comunicação política e aumentaram sua busca por conhecimento e participação em mais ações dessa natureza. O ato de participarem de algo desse tipo fez com que eles se unissem e em prol de tomar decisões para melhorias sociais.

Autores como Jacobs (2009), Delli Carpini (2004) e Neblo (2010) são alguns dos que fizeram estudos dessa natureza. Os anos 70, como já mencionado, foram marcados pelo pensamento de reavaliação e o peso da implementação do elemento argumentativo nos processos decisórios e que envolvam questões políticas e de políticas públicas. Propõe-se, portanto, que esse processo deve ser institucionalizado através de medidas como a criação de fóruns entre o Estado e a sociedade, conselhos e orçamento participativo.

Como visto, a ideia de participação popular não apenas no sufrágio é uma ideia que vem se ampliando ao longo do tempo e do amadurecimento das democracias. Mas ainda há muito a se fazer para que essa ideia se institucionalize e se torne universal. Algumas teorias sobre deliberação como a de Neblo (2010) em *Quem Delibera e Por Quê?* argumenta que as pessoas não estão preparadas para assumir os deveres que o processo deliberativo requer. As que participam, participam no intuito de castigar as elites políticas. Essa participação não é atrativa aos cidadãos e sim apenas para evitar os males da corrupção, pois segundo este autor as pessoas odeiam a política, mas odeiam ainda mais a malversação dos bens públicos por parte dos políticos.

Essa expansão da democracia representativa, segundo Delli Carpini (2004), consiste num afastamento da ideia de individualismo e passa a ter visões de responsabilidade e discussão. Discussões essas que necessitam de uma argumentação judiciosa, uma escuta crítica e séria.

Sobre os benefícios públicos da deliberação, acredita-se que os cidadãos que participarem desses processos aprenderão a argumentar melhor, a justificar suas preferências e entendê-las. Acredita-se, ainda, que esse processo reforçará a fé na democracia quando os cidadãos sentirem que seu governo realmente é do povo e para o povo, tornando as decisões mais consideradas aumentando também o capital social na medida em que as pessoas levem a deliberação às suas vidas cívicas e desenvolvem a empatia (Delli Carpini, 2004).

Fishkin (1995) descreve as implicações que podem deixar esse processo menos deliberativo introduzindo a essa teoria a ideia de “incompletude”, que significa a falta de informação ou a diferença ideológica entre os participantes. Ainda para Lindeman (2002) esse processo de argumentação em grupo serve também para o indivíduo reforçar, alterar ou formar suas opiniões por estar exposto a diferentes pontos de vista. As críticas como de Susteim (2009) expõem que as pessoas naturalmente têm propensões a evitar ideias contrárias às suas. Sander (1997) complementa que a prática de deliberação pode se tornar ruim se as pessoas envolvidas já são privilegiadas.

Os estudos de Delli Carpini e Keeter (1996) se contrapõem à ideia de Fishkin no que tange falta de informação e diferença ideológica. Demonstram que apesar da grande massa não ser composta por eleitores sofisticados, existe uma lógica nos argumentos por eles apresentados. Apesar do conhecimento ser básico e voltado para questões políticas concretas que ocorrem próximo a eles em seu cotidiano, isso lhes dá um potencial para aprender e deliberar sobre questões maiores. Basta que lhes sejam apresentados às regras do jogo, os atores políticos envolvidos, os lados afetados, os ganhos e enfim que lhes sejam dadas as informações mínimas para que possam deliberar.

O caso ilustrativo da premissa de deliberação em associações civis é o estudo de Gastil (2000). Um grupo de ativistas comunitários, moradores locais da cidade de Chattanooga no Tennessee, criaram uma lista com uma série de mudanças e soluções para a comunidade. Foi observado que o grupo estimulado por essa participação se envolveu em outros processos como este, criando associações e organizações sem fins lucrativos, passando em 1992 ser responsável pela implementação da maioria das soluções sugeridas. Em outros casos analisados, a dinâmica aconteceu de forma similar como a organização no Oregon, que após organizarem centenas de fóruns de vizinhança em todo o Estado em 1990 a Assembleia Legislativa criou a Comissão de Serviços de Saúde baseado nesse modelo de participação deliberativa. Porém, nem todos os estudos nesse sentido são positivos.

Mansbridge (1983) fala sobre as diferentes formas que o processo de deliberação pode assumir. Essas formas vão depender do contexto e da natureza das questões a serem discutidas, tornando-se assim um processo dinâmico. Esse contexto mudaria apenas quando a questão a ser discutida tivesse uma solução única identificável. Mas que mesmo assim as opiniões da minoria seriam levadas em conta, existe a possibilidade de mudança de posicionamento entre os participantes tornando assim esse processo também mais semelhante ao dinâmico do que estático. Parece ser o caso onde questões pós materialistas e de cunho moral se tornam pauta. Nesse sentido a deliberação em pequenos grupos sob pequenas pautas seria mais eficaz. Contudo as chances de dar errado são inúmeras, a satisfação do cidadão com esse tipo de dinâmica depende do modelo correto e grupos envolvidos (SAMPAIO, MAIA e ALMEIDA, 2011)

CAPÍTULO II

Neste segundo capítulo testaremos se a ideologia tem um impacto negativo ou positivo na deliberação. Para isso utilizaremos os dados do Estudo Eleitoral Goianiense (ESEG), que foi realizado no final do ano de 2015 e início de 2016, com uma amostra de 1200 pessoas na cidade de Goiânia. Como já mencionado esse período ficou marcado por conflitos políticos ideológicos que estavam em alta no Brasil. Embora a nossa base de dados se restrinja à capital do estado de Goiás, acreditamos que ela não destoou, de maneira substantiva, do que ocorria no resto do país.

2.1. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

A nossa variável dependente é um índice de deliberação criado a partir de uma bateria de perguntas presente no questionário do ESEG. Tais perguntas reproduziram, com as devidas adaptações para o português, os questionamentos presentes na pesquisa feita nos EUA em 2009 por Jacobs, Cook e Delli Carpini, e que deu origem ao livro *Talking Together*. As perguntas seguem abaixo:

(LER PAUSADAMENTE O ENUNCIADO) Em relação a questões públicas ou políticas de interesse local, nacional ou internacional – por exemplo, a criminalidade no seu bairro, moradia, escolas, o sistema de saúde da sua cidade ou estado, eleições, aquecimento global ou algum outro tipo de questão pública que afeta as pessoas, gostaria de saber agora, se de 1(um) ano para cá, ou seja desde de novembro de 2014, o(a) sr(a) teve oportunidade de discutir esses assuntos em ... (CITAR CADA ITEM DA TABELA)						
	<i>Itens</i>	Sim	Não	NA	NS	NR
P3 2)	... encontro formal ou informal organizado por você, por alguém que você conhece pessoalmente, ou por um grupo religioso, social, cívico, governamental ou político	1	2	/	88	99
P3 3)	... chat, fórum, lista de discussão, redes sociais, programas de troca de mensagens instantâneas ou qualquer outro tipo de debate NA INTERNET	1	2	77	88	99
P34) Com que frequência você usa e-mail, bate-papos, redes sociais e programas de troca de mensagens instantâneas para conversar informalmente com pessoas que você conhece sobre questões públicas ou políticas de interesse local, nacional ou internacional. Você diria que faz isso frequentemente, de vez em quando, raramente ou nunca.						
1() Frequentemente		77() Não se aplica				
2() De vez em quando		88() NS				
3() Raramente		99() NR				
4() Nunca						

P35) Com que frequência você tem conversas informais ou debates, por telefone ou pessoalmente, com pessoas que você conhece sobre questões públicas ou políticas de interesse local, nacional ou internacional. Não importa o tempo de duração dessas conversas. Você diria que faz isso frequentemente, de vez em quando, raramente ou nunca.

- 1() Frequentemente 4() Nunca
 2() De vez em quando 88() NS
 3() Raramente 99() NR

P36) As pessoas participam do dia a dia das suas comunidades e expressam suas opiniões de diversas maneiras. Irei agora listar algumas atividades que as pessoas às vezes fazem para participar e expressar a opinião. Para cada uma, por favor me diga se você chegou a fazer alguma delas no ano passado.

		Si m	Nã o	NS	NR
a)	Tentou convencer alguém do seu ponto de vista ou opinião sobre uma questão pública?	1	2	88	99
b)	Tentou convencer alguém sobre em quem votar para presidente ou governador nas eleições de 2014?	1	2	88	99

Essas perguntas servem para mensurar a tendência dos entrevistados a deliberar mesmo em trocas de conversas informais. As respostas às perguntas foram somadas para formar o índice, que pode ser visto abaixo:

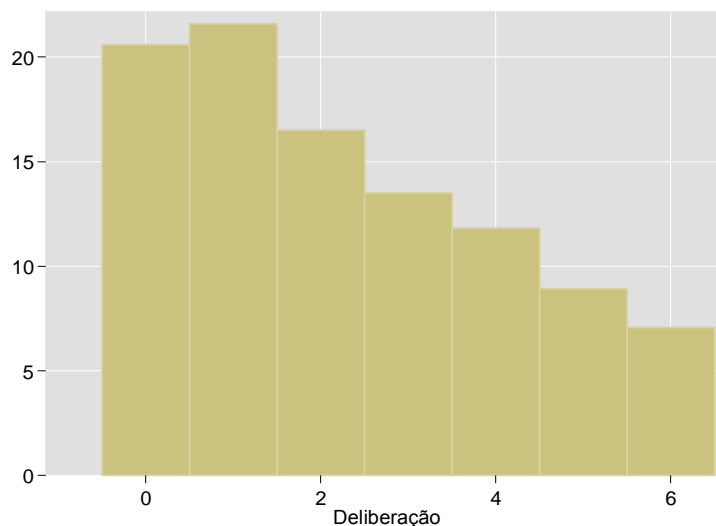


Figura 1: Distribuição do índice de deliberação. Fonte ESEG 2015

O Índice de Deliberação tem uma escala que vai de 0 a 6, com média = 2.29, desvio-padrão de 1.87 e um Alfa de Cronbach de 0.69. Quanto maior o valor mais a pessoa tem tendência a deliberar. Como mostram a média e o gráfico acima, o índice possui uma

assimetria para a esquerda, o que demonstra que a quantidade de pessoas com tendência à deliberar é baixa.

2.1.1. Variáveis Independentes

As nossas variáveis independentes são: o sexo, a idade, a escolaridade, a cor, a religião e a ideologia dos entrevistados. As características sociodemográficas foram incluídas por serem variáveis estruturais e capazes de influenciar o resultado da deliberação em sua forma e conteúdo. A tabela abaixo traz a distribuição desses indicadores.

Tabela 1: Descrição das variáveis Explicativas (valores em %)

Indicador	Características	N
Sexo	Homem = 54,67; Mulher = 45,33	1200
Idade	18-24 = 14; 25-34 = 24,3; 35-44 = 22; 45-54 = 16,3; > 55 = 23,3	1200
Escola	Fundamental = 40,4; Médio = 40,8; Superior = 18,8	1200
Cor	Branca = 31,3; Preta = 11,7; Parda = 49,8; Outras = 7,3	1200
Religião	Católica = 43,3; Evangélica = 34,2; Outras = 7,1; Nenhuma = 15,4	1200
Ideologia	Esquerda = 28,8; Direita = 15,33; Centro = 44,8; NS/NR = 14,75	

Fonte: ESEG 2015

A ideologia é a nossa principal variável, pois a partir da análise dos dados saberemos se ela afeta ou não a tendência dos indivíduos a deliberar. O que sabemos até agora é que existem certas críticas quanto à sua influência na vida cívica, ou até mesmo o desconhecimento por parte da sociedade sobre o que esquerda e direita significam.

Nesse trabalho, medimos a ideologia da forma sugerida por Wood e Oliver (2012), tal como descrito em Melo e Mundim (2018).

Wood e Oliver (2012) propuseram uma nova forma de medir a ideologia, capaz de diminuir tanto o problema da inconsistência do indicador, tornando-o mais confiável, quanto o das não-respostas. O auto posicionamento do entrevistado na escala numérica de esquerda e direita é recodificado em variáveis binárias de esquerda, direita e não-respostas, sendo o centro a categoria de referência. Como estudos de opinião pública mostraram que a escolaridade aumenta a consistência das respostas dos entrevistados em relação à ideologia [...], os indicadores binários de ideologia são interagidos com a escolaridade. [...] pede-se aos entrevistados que se posicionem numa escala de vai de 1 a 10, sendo 1 “esquerda” e 10 “direita”. Pessoas que se posicionaram entre 1 e 4 foram classificadas como de esquerda; entre 6 e 10, como de direita; e as não-respostas foram classificadas como não tendo ideologia. Nos modelos multivariados, os indicadores de esquerda e direita foram interagidos com as medidas de escolaridade média e superior.

Essa estratégia é uma nova forma de se medir ideologia através de perguntas que extraem essa informação, exatamente pela dificuldade que se tem de mesurar ideologia e controlar as não respostas, pois o entrevistado como já mencionado, pode não entender os significados.

2.2. RESULTADO DOS MODELOS

Foram estimados três modelos de regressão linear por mínimos quadrados para avaliar a relação entre as variáveis explicativas com o indicador de deliberação. Os resultados estão na figura abaixo (a tabela com os dados encontra-se no apêndice da monografia).

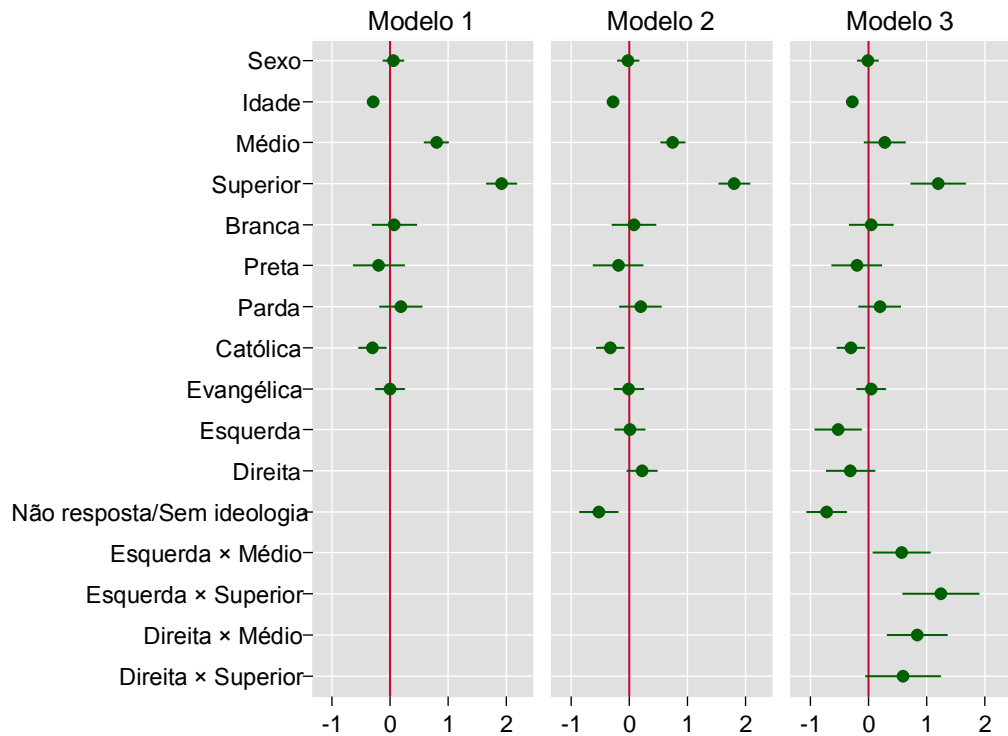


Figura 2: Determinantes da deliberação. Fonte ESEG 2015

Como observado no nosso gráfico, algumas variáveis alcançaram significância estatística. A primeira observada é a variável ensino superior, que se encontra no lado positivo nos modelos. Mais abaixo podemos observar as variáveis Esquerda x Médio, Esquerda x Superior, Direita x Médio e Direita x Superior. Observamos que a variável com maior

relevância é a Esquerda × Superior. Ou seja, entrevistados que se posicionaram com pensamento de esquerda tem maior tendência a deliberar.

Em *Talking Together* os autores mencionam alguns tipos de deliberação: interação face-a-face, deliberação via internet, conversas tradicionais, conversas pela internet, persuasão do voto, persuasão em questões e ainda cita os participantes não discursivos. Os dados da nossa amostra se assemelham em quase todos os aspectos com os resultados desse livro. No nosso caso, as pessoas de escolaridade superior também tendem a deliberar mais em interações face-a-face, conversas e deliberações via internet como também tentam influenciar votos e outras questões, e essa tendência também está entre a população mais jovem e de posicionamento progressista.

Quando observamos que o sinal é positivo em relação a tendência a deliberar entre as pessoas com escolaridade médio e superior, mas que em maior relevância o ensino superior, deduzimos que pessoas com maior quantidade de informação acumulada tem um sistema de crença mais consistente do que aquela que está em processo de formação das suas preferências. A escolaridade pressupõe o maior nível de sofisticação ideológica dentro da hierarquia da estrutura de crenças, portanto nossos resultados corroboram com a afirmação de que pessoas com sofisticação ideológica se interessam mais por política e têm tendências a participarem mais de processos políticos.

Esses resultados vão de encontro aos do *Talking Together*. Nessa pesquisa foi observado que pessoas com mais escolaridade, brancas e de uma classe social mais elevada deliberam mais que as de baixa escolaridade e baixa renda e quando essa deliberação se dá face a face essa discrepância é ainda mais observada. Esses resultados são encontrados não apenas nessa pesquisa, mas também em pesquisas anteriores a essa, a educação faz com que os indivíduos participem mais e tenham mais engajamento cívico e político, os deixam mais confiantes para participar de várias e diferentes atividades.

A explicação da tendência a deliberar entre jovens no ensino médio pode estar relacionada com o aumento das discussões on-line. Essas trocas de informações podem ser consideradas formas de deliberação que, segundo Delli Carpini desde que sejam a respeito de interesses públicos nacionais, internacionais ou locais. A medida em que a inclusão digital e as redes sociais passaram a fazer parte da rotina principalmente dos jovens, esses assuntos são cada vez mais motivo de discussões nesses espaços (MAIA, 2008). Esses resultados também foram encontrados no trabalho de Jacobs, Cook e Delli Carpini. A intimidade com a internet por parte dos jovens é maior do que entre as pessoas mais velhas, esse é um fator que explica a

queda na tendência a deliberação a medida em que aumenta a idade dos entrevistados, mas isso não significa que eles não deliberam.

O estado de Goiás é historicamente conhecido por ser um estado tradicionalista e conservador onde a política gira em torno dos dois grandes partidos conhecidos por esse posicionamento, PSDB e MDB (SILVA, 2014). Isso pode indicar que a maior parte da massa com baixa escolaridade e renda está acostumada a esse sistema de crenças. Por outro lado, a porcentagem de pessoas que vão de encontro à deliberação ou persuasão do voto é a que busca mudanças nesse cenário, a esquerda superior.

Outro fato importante a ser analisado é a maior relevância na variável religião por parte dos católicos. Como mostraram Jacobs, Cook e Delli-Carpini (2009, p.54), “as igrejas e outras organizações comunitárias contribuem para o aprendizado, mas também estabelecem oportunidades e plataformas para que seus membros e até mesmo os não-membros se encontrem, conversem e ajam juntos”. Mas, em Goiânia, ao contrário do que se esperava, eles tendem a deliberar menos, talvez por questões históricas também.

CONCLUSÃO

Apesar de que no período em que a pesquisa foi feita haviam grandes manifestações na cidade de Goiânia contrárias ao governo de esquerda inclusive maiores do que as que apoiavam o então governo, nossos dados indicam que mesmo com a presença de milhares de pessoas nas ruas, a tendência e o engajamento político por parte das pessoas de esquerda foi maior.

Em se tratando de participação discursiva, há controvérsias quando se questiona se a ideologia atrapalha ou contribui para o debate nesses espaços, principalmente nas interações face-a-face. Sabemos que as pessoas deliberam, de uma forma ou de outra, porém os críticos da deliberação apontam alguns gargalos que dificultam esses processos como sendo positivos ao alcance de resultados que visam o bem comum. Eles apontam sobretudo que as tomadas de decisões podem ser influenciadas por discursos com maior engajamento político e ideológico que outros, quando se trata da deliberação entre pessoas de baixa renda e escolaridade com pessoas de renda e escolaridade superior.

Portanto um dos entraves que a democracia deliberativa enfrenta é a inflexibilidade do sujeito com forte engajamento ideológico, por utilizar a oportunidade de deliberar para deliberar em causas próprias ou se auto afirmar como sujeito ideológico. Frente a isso o cidadão com baixo nível intelectual ou engajamento político e ideológico tende a desistir do debate ou deixar que sua posição seja influenciada pelo discurso melhor fundamentado. Existe essa certa preocupação na literatura em geral com o processo deliberativo, pois apesar da premissa de que se lhes é dada as informações necessárias sobre a pauta a ser deliberada essas diferenças entre as pessoas irão de certa forma serem amenizadas, por outro lado as pessoas com escolaridade maior sempre terão um maior leque de sugestões e ideias devido a sua bagagem intelectual.

Em *Talking Together* os autores também fazem esse debate sobre as influências do nível de escolaridade e renda, entretanto após introduzirem medidas como capital social e político encontram evidências de que os fóruns podem ser sim multivariados e agregarem todos ao processo “Existem sinais consistentes de que a deliberação não é “possuída” ou dominada pelos que estão em melhor situação, como advertiram os críticos da deliberação” (JACOBS, COOK e DELLI CARPINI, 2009, p. 61) Portanto essa descoberta encoraja os apoiadores da deliberação.

Uma descoberta importante desses estudos foi a importância da participação organizacional na participação discursiva. Precisamos de mais políticas públicas voltadas a esse

campo, com a responsabilidade de promover esses debates entre a sociedade. Como vimos nesse trabalho, existem exemplos de resultados positivos que os espaços de debates deliberativos trazem às pessoas e a democracia, cria-se uma sociedade mais organizada, fiscalizadora e mais entusiasmada com a política “Pertencer a essas organizações e participar de suas reuniões pode equipar, motivar e facilitar a participação cívica e política de indivíduos do nível mais baixo e médio” (JACOBS, COOK e DELLI CARPINI, 2009, p. 45).

É preciso se pensar a melhor forma de sanar os entraves permitindo com que as pessoas independentemente de sua classe social ou escolaridade consiga participar de processos deliberativos. As políticas públicas já existentes devem ser ampliadas ao máximo para alcançar a maior parcela social possível.

Na nossa pesquisa não conseguimos medir a qualidade ou peculiaridades das deliberações. A ideologia leva as pessoas a se interessarem, se engajarem e deliberarem a adentrarem no processo, mas até que nível da deliberação os sujeitos ideológicos chegam? Eles são capazes de relativizar os processos deixando de lado em algum momento a sua crença em detrimento de um bem maior? Essas são questões que ainda precisam ser respondidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER L. **Ideology and Ideological apparatuses**. Mapping Ideology, 1994.

AVRITZER L. **Sociologias**. Porto Alegre, 1994.

BRAGA & PIMENTEL. **Os Partidos Políticos Brasileiros Realmente Importam?** Vol.17. Opinião Pública. Campinas. n 2. Novembro,. 2011. p. 27-303

CAMPBELL & CONVERSE. **The American Voter**. University of Michigan ,.1960

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Identificação Ideológica e Voto para Presidente**. Vol. VIII. n 1. Opinião Pública. Campinas,. 2002. p. 54-79

CARLOS & TURGEON. **Ideologia e Comportamento Político no eleitorado Brasileiro**, Vol. 21. n 3. Opinião Pública. Campinas, dez, 2015.

COHEN J. Fung A. Radical democracy.
Swiss Journal of Political Science. v. 10. n. 4, 2004.

COHEN J. Fung A. Receitas para Esferas Públicas: Oito Desenhos Institucionais e Suas Consequências. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34.p. 173-209,2004.

CHAUÍ Marilena. **O que é ideologia**, Editora: brasiliense,1980.

DOWNS Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. Cap. 7. Edusp, 2013.

DURKHEIM, Émile.**The Rules Of Sociological Method**. London, 1982.

EAGLETON Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editorial Bom Tempo. Editora Unesp, 1997.

JACOBS. COOK e DELLI CARPINI. **Talking Together: Public Deliberation and Political Participacion in America**. Political Science. The University Of Chicago Press, 2009.

MAIA, R. C. M.. A deliberação nos media: apontamentos conceituais. **Comunicação & Sociedade**, v. 30, p. 81-120, 2008.

MOREIRA, SANTIAGO. **Jornadas de junho: Repercussões e Leituras**. Campina Grande: Eduepb, 2013.

PINTO, Céli Regina. **A Trajetória Discursiva das Manifestações de rua no Brasil (2013-2015)**. São Paulo: Lua Nova 100, 2017.

RAWLS, John. **A Theory Of Justice**. Harvard University Press, 1971.

SAMPAIO, R. C. ; MAIA, R. C. M. ; MARQUES, F. P. J. . Deliberações ampliadas ou restritas – Perspectivas de integração. **Comunicação & Sociedade**, v. 32, p. 203/-229, 2011.

SAMUELS, David. A Evolução do Petismo. Vol. 14. n 2. **Opinião Pública**. Campinas, nov, 2008. p. 302-308

SAMUELS, David. As Bases do Petismo. Vol. X, n 2. **Opinião Pública**. Campinas, out, 2004. p. 221-241

SELIGER M. **Ideology and Politics**. London, 1976.

SINGER, A. V. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo. Edusp. 2002.

SILVA, G. Josimar. Desafios Metodológicos nos Estudos sobre Coligações Eleitorais: Novos e Velhos Caminhos de uma Agenda de Pesquisa. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**. Vol.2.n2.2014.

SHILS Edward. **The Concept and Function of Ideology**. V7. International Encyclopedia of the social Sciences, 1968.

TAROUCO & MADEIRA. Partidos, Programas e o Debate Sobre Esquerda e Direita no Brasil, **Revista De Sociologia e Política**, V. 21, n. 45, p. 149-165, mar, 2013.

THOMPSON B. Jhon. **Studies in the theory of Ideology**. Cambridge, 1984.

ZUCCO, César Junior. **Esquerda, Direita e Governo: A Ideologia dos Partidos Políticos Brasileiros**, Legislator Views of Brazilian Governance, Universidade de Oxford, set, 2009.

APÊNDICE

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Sexo	0.056 (0.10)	-0.021 (0.10)	-0.012 (0.10)
Idade	-0.29*** (0.04)	-0.28*** (0.04)	-0.28*** (0.04)
Médio	0.80*** (0.11)	0.75*** (0.11)	0.28 (0.19)
Superior	1.92*** (0.14)	1.81*** (0.14)	1.20*** (0.24)
Branca	0.074 (0.20)	0.080 (0.20)	0.050 (0.20)
Preta	-0.19 (0.23)	-0.19 (0.22)	-0.20 (0.22)
Parda	0.18 (0.19)	0.19 (0.19)	0.19 (0.19)
Católica	-0.31** (0.13)	-0.33*** (0.13)	-0.30** (0.13)
Evangélica	0.00037 (0.13)	-0.0077 (0.13)	0.042 (0.13)
Esquerda		0.0098 (0.14)	-0.53** (0.21)
Direita		0.22 (0.14)	-0.31 (0.22)
Não resposta/Sem ideologiaa		-0.52*** (0.17)	-0.72*** (0.18)
Esquerda × Médio			0.57** (0.25)
Esquerda × Superior			1.24*** (0.34)
Direita × Médio			0.84*** (0.27)
Direita × Superior			0.59 (0.33)
Constant	2.52*** (0.24)	2.59*** (0.26)	2.96*** (0.28)
Observations	1200	1200	1200
R2	0.22	0.24	0.25
R2-Ajustado	0.22	0.23	0.24
BIC	4672.9	4670.9	4678.3

AIC	4622.0	4604.8	4591.8
-----	--------	--------	--------

Standard errors in parentheses

Fonte: ESEG 2015

** p<0.05, *** p<0.01